

CENTENÁRIO DE BH E AS IMAGENS DA CIDADE

Lúcia Lamounier

Historiadora e Mestre em Comunicação Social
pela UFMG, professora da FCH-Fumec

No dia 12 de dezembro de 1997 Belo Horizonte completou cem anos, mas já nas proximidades da comemoração do seu centenário, Belo Horizonte viveu um rico momento de discussão de seus rumos e identidades, suas grandezas e misérias, a cidade como possibilidade ou negação. O poder público surgiu como um dos atores a colocar em cena o aniversário como palco desse debate, assumindo um caráter de anunciador do recorte temporal, um “emissor autorizado”.

O processo de comemoração iniciou-se em 1993, na gestão municipal de Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores - PT e culminou na data do aniversário, 1 de dezembro de 1997, já na gestão de Célio de Castro, do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

A comemoração do primeiro século de fundação da capital mineira mostrou-se como uma oportunidade de refletirmos sobre esse aniversário no aspecto da relação comunicativa, não na sua dimensão midiática, que obviamente foi também uma dimensão dessa comemoração, mas nas mediações estabelecidas entre o poder público e a cidade, reflexão realizada a partir das identidades, conteúdos e espaços de interlocução propostos para a realização do aniversário.

Nossa intenção foi perceber elementos ilustrativos dessa prática comunicativa, identificando-na no conjunto de ações e falas do poder público sobre a cidade e buscar entender em que medida essas ações pretendiam-se configuradoras de um novo espaço público onde interagiriam a cidade e o emissor autorizado da festa – o poder público.

ANIVERSÁRIO, CIDADE E MEDIAÇÃO

A comemoração de um aniversário mostra-se como um ritual que, ao fazer a marcação simbólica do tempo, reafirma a força de uma identidade social pela pluralidade de vozes que dizem-no de formas específicas. A comemoração de uma data é uma prática simbólica que promove um recorte temporal numa determinada existência, interrompendo o fluxo normal da vida cotidiana e marcando dois tempos: um passado e um futuro que na data se anunciam.

O aniversário é um movimento que marca uma ruptura, a emergência de um tempo em detrimento do outro que, no entanto, guarda uma permanência e resgata as origens, uma forma de ser anterior, dando visibilidade às novas formas que serão inauguradas. Um ritual de comemoração de um aniversário não apenas celebra, mas reafirma a cada celebração uma determinada organização de sentido que busca representar-se.

Para uma cidade o aniversário marca a sua temporalidade, a sua forma ao mesmo tempo específica e cambiante de definir modos de existir e formas de se estar com o outro. Na visibilidade dos sentidos que tornam-se visíveis nessas comemorações a cidade publiciza a configuração da sua rede social, da sua forma singular de ser, materializar e comunicar a experiência humana.

A comemoração do aniversário do primeiro século da capital mineira foi contemporâneo de um processo muito mais amplo que hoje se realiza nas cidades em nível global, em que se repensa e constituem-se espaços de interação entre o poder público e as redes sociais, configurando-se, assim, o poder local. A amplitude da representação simbólica desse poder se dá pela capacidade de instituição e ampliação de espaços comunicativos legítimos para interação de atores que disputam um espaço na cena pública para comunicar e dar visibilidade as propostas acerca do que querem, enquanto lugar de convivência, qualidade urbana, inclusão, exclusão e tudo o mais que lhes seja pertinente.

Uma das marcas desse processo no aniversário de Belo Horizonte foi o batismo da cidade inicialmente como a “Capital do Século” e depois como “Cidade Centenária”. Esses slogans, criados pelo poder público nas duas gestões municipais que participam desse processo, enunciavam o aniversário e ao mesmo tempo buscavam constituir-se como marcas administrativas, ilustradas em logomarcas e realizadas enquanto práticas político-comunicativas na cidade.

“A Capital do Século” nasce na gestão de Patrus Ananias iniciada em 1993 com o desafio de ser a primeira administração formada na cidade por uma coligação de esquerda - a Frente BHPopular. O sentido identitário imprimido à comemoração nessa gestão, sintetizado nessa marca (segundo os documentos e entrevistas que levantamos junto aos representantes dessa gestão), mostrou ser um esforço de vinculação do aniversário ao estabelecimento de espaços de discussão sobre os parâmetros de qualidade urbana, do tratamento destinado às minorias, aos grupos excluídos ou marginalizados, acerca de que projetos e valores priorizar, enfim, da cidade que se queria fazer emergir a partir do centenário.

“A ‘Capital do Século’ era um símbolo, mas também a intenção de criar um tipo de consciência na cidade, sobre a cidade, não só das transformações que a cidade devia promover no sentido de reverter prioridades, flagrantes visíveis, mas também estabelecer uma relação mais próxima com o que se considera a subjetividade da cidade, até que ponto se tem uma relação que permite celebrar alguma coisa.”

A proposta de celebração do centenário é lançada em várias instâncias, como grupos formadores de opinião, artistas, empresários, escolas, universidades e redes comunitárias locais. Investiu-se também na divulgação de peças publicitárias como outdoors, em que as “marcas” do aniversário emergiram buscando funcionar como liga, a cola simbólica dos diferentes pedaços que deveriam se juntar neste momento.

Exemplificadores dessa afirmação foi a campanha veiculada em 1995, cujo “slogan” era “Repartindo o bolo com arte, você faz a sua parte e a gente faz o cidadão”. Essa campanha fazia alusão à comemoração enquanto festa - a presença do bolo e ao mesmo tempo a um programa de governo, o processo do Orçamento Participativo. O bolo repartido com a “arte” administrativa que faz o cidadão, ou seja a repartição da verba pública decidida pela população em fóruns comunicativos específicos. A comemoração e a prática administrativa como a ocasião, o tempo de se fazer o cidadão.

Numa outra instância, o “face a face” da gestão da cidade, seja nas convocações feitas para um diálogo com o próprio prefeito, nas reuniões das Administrações Regionais com a população local, ou com os Conselhos e Comissões implementados, dentre outros espaços de interação, coloca-se o centenário como construção de um recorte temporal oportuno, de um momento específico na vida da cidade, mas que supõe a prática participativa para que se realize.

Os cem anos são colocados como uma forma de ser da cidade e do seu governo local. Os dois representam-se como rituais identitários, um busca expressar-se no outro e pela mesma forma, realizar-se com e pelo outro. Os novos conteúdos, que se anunciam para essa marcação temporal se constituem e supõem um meio para tal - a participação popular: “o meio é a mensagem”.

Identificamos nesse período três conteúdos que o poder público coloca em disputa na cena pública e que foram estrategicamente vinculados à marca “Capital do Século”: a cidade popular, a cidade solidária e a cidade cosmopolita. De certa maneira, esses conteúdos remetem cada um deles aos outros e, juntos, buscam constituir uma identidade para os cem anos de Belo Horizonte.

A cidade popular pretende significar a reversão de prioridades. Esse conceito comunica-nos um desejo do poder público de rediscutir, com a cidade, prioridades de investimentos, o que implicou a proposição de novos espaços comunicativos. Os fóruns do Orçamento Participativo instituíram-se enquanto um desses espaços ocupados, principalmente, pelos habitantes da periferia e pelos movimentos

populares. Tais fóruns foram conceituados pelo poder público como lugares de extensão da palavra para a “não cidade”, isto é, para aqueles que, segundo essa gestão, estiveram fora dos benefícios da expansão urbana e, portanto, também, de espaços legítimos de fala e de expressão de sua “carências centenárias”.

*“A primeira tentativa que o governo fez por ocasião do centenário, foi conversar, estabelecer um diálogo, um campo comum de diálogo com a maioria da população excluída da sociedade que nunca teve acesso ao patrimônio urbano: os moradores da periferia, pobres, trabalhadores, etc. Esse foi o interlocutor, o personagem principal do centenário”*³.

Por outro lado, a cidade popular remete à cidade solidária, que buscou significar tanto as políticas sociais realizadas nessa gestão, quanto certos valores que se quis relacionar enquanto válidos para a (re)apropriação urbana. O centenário vincula-se a sentidos tais como cidade fraterna, ecologicamente saudável, reforma urbana, segurança alimentar, dentre outros, dados como valores urbanos éticos.

Finalmente, a cidade cosmopolita é a identidade de um lugar que se queria projetar enquanto “Capital do Século”. A cidade é dada como destinada a ser cosmopolita pela junção de seus valores urbanos, culturais e artísticos. É partir deles que se quer realizar um diálogo com o mundo. O centenário é uma busca de por em cena, em termos globais, a capital mineira através da divulgação de seus valores culturais, do padrão urbano que procura alcançar e da sua forma participativa de gestão política. É um diálogo da cidade consigo mesma e com o mundo.

“Essa Capital do Século é um espécie de slogan que tinha por objetivo lançar um repto, um desafio, como se Belo Horizonte estivesse condenada a ser moderna, condenada a ser contemporânea, condenada a se superar.”⁴

O ANIVERSÁRIO: GESTÃO CÉLIO DE CASTRO

Em 1997, ano em que efetivamente Belo Horizonte fez 100 anos, a gestão de Patrus Ananias é substituída pela de Célio de Castro. O anúncio da festa constituiu-se em uma exposição pública inicial do governo de Célio de Castro, identificando-se um certo perfil de sua administração à forma e concepção assumida pelo aniversário. Através dele a representação desse poder, na cidade, comunicou a sua primeira aparição⁵.

Para dar início ao processo de comemoração, o governo Célio de Castro nomeia uma Comissão Executiva composta por representantes de diversas Secretarias como Esportes, Belotur, Assessoria de Comunicação, Secretaria de Governo sob a presidência do Secretário de Cultura Luís Dulci, cujo papel era propor e implantar um projeto para o aniversário⁶.

Em março de 1997, a Comissão convoca a cidade para um diálogo a respeito da comemoração, denominado de Plenária do Centenário. Realizada no teatro Francisco Nunes, sua convocação foi feita principalmente pelas Administrações Regionais⁷, nos moldes das convocações para as assembleias do orçamento participativo, ou seja, carro de som, faixas, cartas para associações de bairro, lideranças comunitárias e para os movimentos populares.

O objetivo era de que esse evento se constituísse como uma palavra primeira sobre o aniversário e a forma da sua realização. A plenária parece indicar a pretensão de instituir um certo espaço público que não visaria simplesmente o apanhado de argumentos para coordenação de uma ação para o centenário, mas de ordenação. As intenções declaradas e a própria realização de uma plenária popular indicam o reconhecimento pelo poder público, nesse momento, da importância de formação desses espaços comunicativos, onde a troca de argumentos, pontos de vista e a expressão das vontades de indivíduos ou grupos presentes, constituir-se-iam como palavra legítima sobre a festa.

Em abril, a prefeitura lança um calendário preliminar de eventos comemorativos. No texto de apresentação desse calendário, que é assinado pelo prefeito Célio de Castro, o aniversário da cidade é anunciado como um momento específico na vida de Belo Horizonte, o que por sua vez determina alguns papéis a serem assumidos: o do poder público como o de “liderança, promoção e coordenação” e o da população como o “sujeito da festa”.

Quanto à forma instituída – o calendário de eventos – é declaração de uma vontade do poder público, justificada pelo prefeito e integrantes da Comissão do Centenário, de que fosse a expressão do ponto de vista do governo da melhor maneira de realização do aniversário. Sendo assim, a decisão por uma pluralidade de eventos é dada como política, na medida em que eles revelam uma opção não por um grande e único espetáculo, sobretudo mediático, mas por uma festa: “nós não queríamos um centenário espetáculo, nós queríamos um centenário festa, é diferente. Espetáculo se assiste, a festa participa-se”⁸.

Cabe neste momento uma palavra nossa sobre a forma calendário. Um calendário constitui-se como um referencial de marcação do tempo segundo regras próprias de cada sociedade. Enquanto instrumento simbólico de determinação do tempo comunica pelos seus recortes uma rede simbólica de valores. A recorrência desses recortes institui em si os rituais comemorativos, pois para a representação do valor simbólico dessas marcações é preciso não só repetição calendar, como também a repetição do ritual coletivo que celebra e lhes dá sentido.

Realizamos uma tipologia desse calendário a fim de percebermos sua expressão mais forte. Essa tipologia baseou-se na intencionalidade do poder público explicitada no já referido texto de apresentação, dos aspectos que deveriam marcar a natureza do centenário. São eles: a participação popular, a internacionalização e as políticas sociais, tipologia que de certa forma que dar prosseguimento ao sentido buscado na gestão anterior.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para dar um caráter de participação popular à comemoração, o calendário indica primeiramente um instrumento: as plenárias populares. Essas, “que deverão ser realizadas durante o período oficial de comemorações”, constituem-se numa proposta de criação de “um canal para o diálogo direto com a população a fim de que sejam definidas as diretrizes e as atividades a serem realizadas no aniversário”⁹.

As plenárias deveriam viabilizar uma descentralização das atividades pelas 9 regiões administrativas de Belo Horizonte, dando um formato ao mesmo tempo particular, pela diversidade sócio-cultural que essas regiões apresentam, e integrador ao aniversário, pois, através delas todas estariam empenhadas ativamente nessa forma de realização da festa. Confirma isso um fragmento do texto de apresentação do calendário de eventos:

Impõe-se, portanto, que as atividades do Centenário se realizem com a mais ampla participação popular, tanto dos movimentos organizados quanto de cada cidadão belo-horizontino, por mais humilde que este seja. Da mesma forma, é imprescindível a descentralização dos eventos, de modo a integrar ativamente a população de todas as nove regiões da cidade.¹⁰

No entanto, as plenárias regionais não se realizaram e foi através dos eventos que se buscou dar ênfase ao papel das regionais na realização,

descentralização e participação popular nos mesmos. A forma deveria realizar o conteúdo.

Nossa tipologia de eventos com caráter de participação popular coincide com as informações obtidas nas AR's de que essas deveriam se encarregar de dar suporte para a realização de eventos tais como Corridas Rústicas, campeonato de Futebol Amador, Arraiá de Belô, o FIT e o projeto BH Cine - 100 vezes Cinema.

Interessante também é perceber que para todas as AR's, o evento final de comemoração do centenário, "A caminhada do Século", no dia do aniversário da cidade, 12 de dezembro de 1997, foi o mais significativo. A caminhada contou com cerca de 150 mil pessoas, segundo dados da polícia militar, e 300 mil de acordo com as estimativas da prefeitura, e foi considerado pelos organizadores nas Administrações Regionais como o mais marcante e participativo do aniversário.

Essa idéia de participação popular indicada pela presença maciça da população em eventos nos remete ao segundo eixo da natureza do centenário: o aniversário enquanto um momento estratégico para a internacionalização de Belo Horizonte. Não que a internacionalização seja entendida sob esse aspecto, no entanto, a grande presença de pessoas em eventos constitui-lhe um complemento na medida em que dá visibilidade, torna-se fato, projeta a cidade.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE

Na composição de eventos do calendário e explicitado, como vimos, nas palavras do prefeito Célio de Castro, existe uma expectativa de projeção da cidade a partir do centenário. A comemoração deveria significar, também, dividendos econômicos e sociais para Belo Horizonte:

A forma eventos-comemorativos justifica-se enquanto estratégia de se projetar a imagem de Belo Horizonte como capital de eventos. O centenário nesse sentido é "oportunidade" ou pretexto para a projeção da capital, sobretudo através daquelas atividades que por características próprias, já foram definidos como de caráter internacionalizantes tais como o FIT, Bienal Internacional de Quadrinhos e as Conferências do Centenário.

Essa proposta alcança grande unanimidade e se apresenta como estratégia política do governo Célio de Castro. Está presente na fala dos membros da Comissão do Centenário, na do prefeito e membros do Secretariado e se encontra explicitada no texto Internacionalização de

BH, de 1997, de autoria do presidente da Belotur e membro da Comissão Executiva do Centenário, Mauro Werkema. Segundo o texto,

“a proposta de internacionalização de Belo Horizonte baseia-se na vocação atual da cidade para o turismo de eventos por reunir um conjunto de fatores como localização, segurança, marketing de comércio, prestação sofisticada de serviços, dentre outros. Essa vocação seria potencializada pela forma de comemoração do centenário, ou seja, um estendido calendário de eventos.”¹¹

Werkema aponta três linhas estratégicas a serem adotadas para a internacionalização da cidade: a BH Cosmopolita, a BH Acolhedora e a BH Participativa. A primeira linha, a BH Cosmopolita dá-se pelo entendimento de que uma cidade internacional é uma cidade cosmopolita. Essa pátria de todos pode aqui se realizar desde que a cidade enquadre-se numa estrutura urbana organizada, moderna, em que a atuação dos setores públicos e privados possam refletir uma ação integrada, tal como entendida através do conceito contemporâneo de *governance*¹²

A segunda linha, a BH Acolhedora, significaria um estímulo ao afeto, já presente no cidadão belorizontino, buscando caracterizar, a partir dele, uma cidade mais acolhedora. Ao mesmo tempo a reabilitação de lugares, equipamentos públicos, áreas de lazer e convivência viriam possibilitar a ampliação de espaços de sociabilidade, além de constituírem projetos de impacto turístico na área de lazer e recreação. Essa perspectiva de uma cidade acolhedora está também presente no texto do Secretário Adjunto de Cultura, Fernando Brant, para quem “Belo Horizonte nasceu para ser capital, desde sempre ela foi a cabeça(...) casa de todos os mineiros, de todos os brasileiros, de todos os homens e mulheres da Terra – ela sempre foi lugar acolhedor que abriga todas as idéias”¹³. Essa característica deve ser aberta ao mundo, funcionar como atrativo, o afeto é instrumento para a internacionalização.

Como terceira e última linha, propõe-se a “BH Participativa”. A participação aqui, no entanto, assume sentido peculiar, na medida em que se refere à criação de canais entre sociedade-governo, de forma a garantir maior acesso a informações sobre os serviços municipais. Um cidadão mais bem informado sobre sua cidade, “cidadão participativo” será um cidadão divulgador e disponibilizador de informações e orientações para os visitantes.

Dessa forma, as estratégias da BH Acolhedora e Participativa se encontram para efetivar a vocação cosmopolita. Chama-nos atenção

o fato da perspectiva internacionalizante do centenário se constituir pela conjugação da identidade particular identificada na cidade, “uma cidade amada por seus cidadãos” e da vocação afirmada e pretendida. O peculiar dessa perspectiva é que o discurso do poder público oferece o lugar para o uso do não-lugar, conceito utilizado por AUGÉ¹⁴.

PROJETO SOCIAL E MEMÓRIA

Como última diretriz que apontamos no calendário, é a de que o centenário deve ser considerado, também, como um momento de se festejar as realizações até então construídas pela comunidade belo-horizontina, ser um momento para o resgate de memória, mas, sobretudo, a reafirmação de um projeto social.

Em relação a esse conteúdo o calendário indica algumas atividades a serem realizadas, que prometiam ser políticas implementadas ao longo do ano, como por exemplo as ambientais. Essa composição de eventos leva-nos a visualizar uma expressão de cidade que no seu centenário prioriza projetos politicamente corretos, na área social, ambiental e na memória. No entanto, as atividades ligadas às políticas ambientais não foram realizadas, tendo se destacado mais as atividades ligadas à Secretaria de Desenvolvimento Social. Quanto aos projetos ligados ao resgate da memória, estes localizaram-se na recuperação de monumentos tais como a restauração do Museu Abílio Barreto, do Centro Cultural da rua da Bahia e do viaduto Santa Tereza.

O centenário enquanto memória aparece também em discurso pronunciado no dia 12/12/97, na Serraria Souza Pinto, em evento que fez parte das comemorações do dia do aniversário da cidade. Em discurso, o prefeito retoma o sentido de uma cidade planejada, plantada em um arraial, um lugar que estava sendo projetado para representar o futuro, a modernidade. Nesse discurso, o futuro que o recorte centenário anuncia, as mãos executoras, as palavras silenciadas, que não foram convocados na fundação para partilhar a vocação cosmopolita de Belo Horizonte, são lembradas e chamadas para fazer a travessia rumo a um futuro, a um novo tempo:

“E não seria sábio caminhar em direção ao novo milênio, levados por um determinismo enrijecido, praticante do monólogo, das verdades feitas, que exclui as vozes muitas vezes dissonantes mas legítimas das pessoas, pessoas com seus desejos e vontades, inseridas em um espaço social”¹⁵.

Um dos destaques desse linha de eventos foi o enterro do “Baú Centenário” realizado no Parque Municipal no dia 13 de dezembro

de 1997. Curiosamente o 1º parque da cidade e de caráter absolutamente popular não foi incorporado nas festividades de seu 100 anos como algo de destaque no calendário.

O enterro do “Baú Centenário” repetiu o gesto dos fundadores que enterraram um “baú fundador”, há 100 anos, em algum ponto da rua da Bahia. Nesse momento, a gestão centenária enterrou jornais do dia, algumas redações de alunos da Rede Municipal de Ensino cuja temática é um diálogo imaginário com as crianças que estarão presentes na comemoração do bi-centenário e os discursos proferidos no local por representantes do parlamento municipal, estadual e federal. Assim, o poder público elege o conteúdo da interlocução com a cidade que permanece. Elege, enterra e lança para o futuro a sua palavra:

“Foi exatamente nesse sentido que a idéia de se fazer hoje o depósito de documentos dessa natureza (...) algo que parece até presunçoso, que parece até além da capacidade humana: preservar na luta contra o tempo, algo de perene. E a forma que o ser humano desenvolveu no correr da sua história, de preservar algo contra a corrosão do tempo, chama-se exatamente memória”¹⁶.

CONCLUSÃO

Como palavras finais procuraremos fazer uma breve reflexão sobre as intencionalidades e conteúdos propostos para o que chamamos de processo do centenário.

Ainda que a linha de comemoração inicialmente tenha se mostrado como uma proposita de continuidade elas se diferenciam no conteúdo. O sentido de participação popular por exemplo, inscrito na identidade centenária. Em termos comparativos, as duas gestões, desenvolveram conteúdos distintos para o conceito de participação popular impresso no centenário. No primeiro momento, a participação popular assume um conteúdo mais político, identidade centenária realizada em espaços comunicativos que garantiam a inclusão pela palavra, definindo-se, assim, determinadas identidades para a cidade que se queria fazer enquanto centenária.

No segundo momento, a participação popular é dada como componente que deve figurar o centenário. A participação não se configura como identidade político-comunicativa, mas no comparecimento aos eventos, pelos “sujeitos da festa - a população.

Outro ponto que nos parece distinto é a idéia do centenário enquanto internacionalização da cidade na duas gestões. No governo de

Patrus Ananias, a estratégia de associar o centenário a conceitos urbanos que ao mesmo tempo lhe eram caros, enquanto concepção administrativa, buscou articular os cem anos a uma rede de sentidos que incluíam a sua forma de governo enquanto um desses sentidos. Buscou-se fazer da “cidade cosmopolita” a expressão desses valores.

Na gestão de Célio de Castro, o centenário é oportunidade de internacionalização da cidade, é momento para se firmar Belo Horizonte como “capital de eventos”. Busca captar os valores presentes na cidade como, o “afeto” do belo-horizontino, a “cidade com boa infraestrutura”, o cidadão bem informado e uma “diversificada agenda de eventos” para que a identidade se realize. O sentido dos valores que devem ser presentes na cidade centenária caminham na direção de uma instrumentalização e não de realização identitária. Nessa estratégia, os valores que se destacam não são incorporados enquanto uma fala capaz de dizer sobre o poder público numa relação comunicativa inovadora com a cidade, mas sobre a cidade identificada de forma publicitária.

Para finalizarmos, diríamos os espaços de interlocução conquistados pela cidade naquilo que nomeamos no âmbito desse trabalho como processo centenário indica, ainda que com pesos diferenciados nas duas gestões, que a partilha da palavra é possibilidade para a construção da inclusão social. Criar canais comunicativos legitimamente instituídos na rede urbana, reconhecidos pela pluralidade simbólica determinante de cada sociedade, é condição primeira e caracterizadora do esforço que deve ser empreendido de ultrapassarmos as diversas e, constantemente novas, “avenidas do contorno” de Belo Horizonte.

O poder público, nesse aspecto, deve se fazer crer, fazendo, contribuindo para a construção da cidade como um valor de cultura, a cidade como possibilidade e não negação. Decididamente essa cidade será o que fizermos dela se assim o quisermos e isso, certamente, não se dará somente pela palavra ou vontade do “emissor autorizado”. No entanto, essa realização identitária não prescinde nem do sentido, nem da prática política por ele implementada.

NOTAS:

- ¹ Esse texto é parte do relatório final da pesquisa integrada sobre o centenário de Belo Horizonte, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da UFMG -GRIS, no período de 1997 a 1999, sob coordenação da pesquisadora Dra. Vera França, com financiamento do CNPQ.
- ² Entrevista com Ênio Dutra (DARGO/PBH –1993/1996) – maio de 1996
- ³ Entrevista Jose Maria Cançado- Comissão do Centenário- gestão Patrus Ananias, 1997
- ⁴ Entrevista com José Maria Cançado – Comissão do Centenário da PBH gestão Patrus Ananias, 1998.
- ⁵ Aparição no sentido utilizado por Hannah Arendt de tornar público, comunicar a sua existência para a pluralidade do olhar e do entendimento social.
- ⁶ A Comissão se encarregou de receber projetos da cidade e distribuí-los por áreas pertinentes às Secretarias de Governo.
- ⁷ Belo Horizonte possui nove regiões administrativas: Venda Nova, Norte, Nordeste, Noroeste, Leste, Oeste, Centro Sul, Barreiro e Pampulha.
- ⁸ Entrevista com o prefeito Célio de Castro – Fevereiro 1998.
- ⁹ Célio de Castro - Texto de apresentação do calendário de eventos comemorativos do centenário de Belo Horizonte.
- ¹⁰ Célio de Castro – Texto de apresentação do calendário de eventos comemorativos do centenário de Belo Horizonte.
- ¹¹ Segundo dados da Belotur Belo Horizonte passou para o 3o lugar no ranking da Embratur de capitais de eventos. Antes do centenário ocupava o 15o lugar.
- ¹² O conceito de governance significa o exercício por parte do governo do papel de articulador da pluralidade de redes sociais presentes na cidade, através da criação de espaços de discussão e interação, bem como de projetos de parceria entre os setores públicos e privados. Esses projetos, estratégicos para as cidades, que devem nascer desses espaços de interação, constituem a essência do conceito.
- ¹³ Fernando Brant – texto de apresentação das Conferências do Centenário.
- ¹⁴ “Enquanto a identidade de uns e outros é que constituía o ‘lugar antropológico’ por meio das convivências da linguagem, dos sinais, da paisagem, das regras não formuladas do bem-viver, é o não-lugar que cria a identidade partilhada dos passageiros, da clientela ou dos passageiros domingueiros. O usuário do não-lugar está com este em relação contratual (a passagem de avião, o cartão, o carrinho de supermercado), são as marcas desse contrato” (AUGÉ, 1994:93).
- ¹⁵ Discurso Célio de Castro – Serraria Souza Pinto 12/12/1997.
- ¹⁶ Discurso Célio de Castro – no evento do Enterro do Baú do Centenário – 13/12/1997.